

Do (re)conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) à luta pela construção de uma política linguística bilíngue em Breves-Pará

From (re)cognition of brazilian sign language in the search for construction of a bilingual linguistic policy in Breves-Pará

Huber Kline Guedes Lobato¹

Universidade Federal do Pará (UFPA)

huberkline@gmail.com

José Anchieta de Oliveira Bentes²

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

anchieta2005@yahoo.com.br

Resumo: A luta da comunidade surda do município de Breves-Pará pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e por uma política linguística bilíngue é marcada por ações do movimento social surdo contra a colonialidade linguística. Contra essa colonialidade há a resistência da comunidade surda. Neste estudo objetiva-se analisar o processo histórico de reconhecimento da Libras à luta pela construção de uma política linguística bilíngue em Breves. A pesquisa foi efetivada por meio de estudo documental, pesquisa bibliográfica e análise de narrativas de vida. Para isso, cinco professores/as – quatro do gênero feminino e um do masculino – do movimento de educação especial e de surdos de Breves foram entrevistados. Os resultados indicam que as políticas linguísticas municipais, assim

¹ Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professor Assistente do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA) no Curso de Letras Libras. Especialista em Educação Especial (FAEM/2010). Licenciado em Pedagogia (UFPA/2006).

² Doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professor adjunto na Universidade do Estado do Pará (UEPA) no Curso de Letras Libras e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da UEPA.

como as nacionais, são pautadas pelo controle da educação inclusiva, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em detrimento dos discursos reivindicatórios de reconhecimento político e social da Libras.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação de Surdos; Política Linguística;

Abstract: The search of the deaf community of Breves-Pará for the recognition of the Brazilian Sign Language and for a bilingual linguistic policy is marked by actions of the deaf social movement against linguistic coloniality. Against this coloniality there is resistance from the deaf community. In this study we analyze the historical process of recognition of Libras to the search for the construction of a bilingual linguistic policy in Breves-Pará. The research was carried out through documentary study, bibliographical research and narratives of life. Five teachers – four female and one male – of education of people with disabilities and deaf movement were interviewed. The results indicate that municipal as well as national language policies are guided by the control of inclusive education, through Special Education Service, because of the claiming speeches of political and social recognition of the deaf community.

Keywords: Special Education; Deaf education; Linguistic policy;

Para introduzir

Esse artigo discute a relação entre as categorias surdez e colonialidade linguística. O espaço de reflexão é o município de Breves³, localizado no arquipélago do Marajó, no Estado do Pará. Destacamos que o *lócus* da pesquisa está, geograficamente, situado na Região Norte do país, na Amazônia Paraense, um lugar de muitas riquezas naturais e de um vasto campo de conhecimento e de enfrentamento epistêmico e político, necessário para romper as estruturas coloniais do monolinguismo brasileiro.

Pensar em surdez e em colonialidade linguística nesse arquipélago da região Amazônica, significa buscar estratégias que fortaleçam os debates para problematizar e repensar as políticas linguísticas direcionadas a grupos linguísticos, historicamente, subalternizados. Dentre esses grupos temos os surdos que fazem uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Entendemos a política linguística como uma intervenção sobre a língua ou sobre seus usos linguísticos, o que implica na definição da norma padrão de fala e escrita e do estabelecimento das formas subalternizadas. Implica, também, na resolução de problemas multilinguísticos como os que

³ Segundo dados do IBGE de 2019, Breves é um município com uma área de 9.566,572 km² e fica distante acerca de 12h de navio da capital do Estado do Pará - Belém. Breves possui uma população estimada em 102.701 habitantes, sendo considerada a cidade mais desenvolvida economicamente da região do arquipélago do Marajó.

são apontados nesta pesquisa relacionados à dominação colonizadora e monolíngue da Língua Portuguesa oral e escrita sobre a Língua de Sinais, desconsiderando esta última como língua de ensino.

Assim, a ideia é pensar sobre a surdez e a colonialidade linguística de um lugar Amazônica com reflexões sobre a Libras, é enfrentar e posicionar-se contra o dogma universalista do monolinguismo estabelecido no país pela Língua Portuguesa oral e escrita. Em função do enfrentamento a esse dogma, investigamos a luta da comunidade surda e dos seus apoiadores no município de Breves-Pará pelo reconhecimento de sua língua (a Libras) e pela implantação de escolas bilíngues no contexto da Amazônia, uma vez que esse município se situa em uma região distante da área metropolitana do estado do Pará, sendo cercado por rios, igarapés e o verde das florestas.

Defendemos nesse texto que ocorre uma colonialidade linguística e um prestígio de ordem social que coloca a Língua Portuguesa oral como predominante nas relações entre os indivíduos. Os surdos, mesmo estando impossibilitados de uso pleno da Língua Portuguesa oral, estão em grande parte impedidos e colonizados pelo poder dominante: impedimento de estudar e de compreender o mundo em que vivem, em razão da imposição de uma língua única na escola, a Língua Portuguesa oral. Com isso, essa escola desconsidera, inclusive, os saberes locais produzidos pelos povos dos rios e das florestas na prática de sala de aula. Trata-se de uma dominação ideológica, epistêmica, política e linguística que busca reduzir todas as outras formas de linguagem a uma só, no caso, a Língua Portuguesa oral.

Assim, nesse artigo, temos como objetivo analisar os condicionantes históricos e sociais que contribuíram (e contribuem) com o reconhecimento da Libras e com a luta pela construção de uma política linguística em Breves-Pará. Com esse objetivo buscamos, também, responder aos seguintes questionamentos: como se deu o processo histórico da educação especial no município de Breves? Como ocorreu e vem ocorrendo a luta da comunidade surda e dos seus apoiadores no município de Breves pelo reconhecimento da Libras e por escolas bilíngues?

Em relação ao processo metodológico utilizado, destacamos que fizemos pesquisas bibliográficas, estudos documentais e entrevistas semiestruturadas. Os documentos analisados foram o Plano Municipal de Educação do Município de Breves (2015-2025) e algumas fotografias da época; as entrevistas deram-se com intuito de obter as narrativas de vida de cinco professores/as – quatro do gênero feminino e um do masculino – do movimento de educação especial e de surdos do município de Breves. Por questões éticas esses professores estão identificados por onomatópoes: professora Violeta, professora Tulipa, professora Margarida, professora Rosa e professor Ari. Todos esses profissionais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando com essa forma de identificação nessa pesquisa.

Assim, analisamos a trajetória histórica da educação especial em Breves-Pará e o contexto da educação de surdos no referido município. Trata-se de uma pesquisa fundamentada nos pressupostos da Linguística Aplicada Transdisciplinar de Moita-Lopes (2006), da colonialidade linguística de Garcés (2007) e das narrativas de vida de Bertaux (2010), uma vez que consideramos mais seriamente as opiniões das pessoas da realidade Amazônica sobre seu próprio passado e suas lutas.

Da colonialidade linguística às narrativas de vida

Para discutir acerca da colonialidade linguística, nos aproximamos da Linguística Aplicada (LA) que traz em sua concepção, segundo Moita-Lopes (2006), abordagens que desafiam as fronteiras da disciplina, buscando a transdisciplinaridade. Esse autor propõe que a LA seja uma área mestiça e transdisciplinar, que possa ouvir as vozes das periferias, das localidades mais distantes dos centros urbanos, a fim de mostrar suas resistências, suas formas de ser e viver, na luta contra as ideologias machistas, racistas, heteronormativas, enfim lutas anticoloniais.

Nos termos de Moita-Lopes (2006) os objetivos da LA são: a) Estudar a interação na sala de aula; b) Estudar discursos feministas, *queer*, antirracistas, pós-colonialistas e pós-modernistas; c) Problematizar “a vida social na intenção de compreender as práticas sociais, nas quais a linguagem tem papel crucial” (MOITA-LOPES, 2006, p. 102); d) Estudar o uso da linguagem em contextos sociais; e) Problematizar as relações de poder, as desigualdades, as diferenças e a modernidade.

Assim, conceituamos o que entendemos por colonialidade: o termo colonialidade tem íntima relação com o termo colonialismo, que foram relações de poder estabelecidas a partir do século XVI, mas que se expandem para a atualidade, em que países europeus e imperialistas subjugaram populações da América Latina com seu poder econômico e político. Portanto, em termos gerais, trata-se de uma ocupação de um território por uma nação opressora, subjugando e explorando povos originários para que trabalhem e atendam aos interesses comerciais. Esses povos originários, por exemplo, os chamados indígenas - no caso do Brasil - e outros, foram considerados selvagens, sem alma e, portanto, não-humanos.

Esse processo de colonização ou processo de exploração de mão de obra, como os povos escravizados, ocorreu principalmente com a imposição de uma religião e de uma língua oral e escrita sobre os povos originários. Com isso, afirmava-se que os povos originários precisavam ser salvos da selvageria, uma vez que não tinham cultura. Era preciso impor a forma ocidental de ser, de viver e de pensar do povo europeu sobre os povos subjugados.

Sabemos que, por exemplo o Brasil, em termos de propaganda política, desde a independência, em 7 de setembro de 1822, emancipou-se do colonialismo português. Mas ao que tudo indica – o poder colonial manteve-se – o Brasil continua subjugado política e economicamente aos países imperialistas, principalmente aos Estados Unidos, no que se convencionou chamar de “colonialidade global”.

Como pontua Mignolo (2005), há três colonialidades que se sobrepõem: a **do poder**, a **do saber** e a **do ser**. A do poder se refere ao controle da economia e da política; a do saber se refere a dominação epistêmica, filosófica e científica como única e produzida nos países imperialistas; a do ser que controla as subjetividades, a sexualidade e os papéis heteronormativos atribuídos ao gênero binário, masculino e feminino. Além dessas três, incluiríamos a **colonialidade linguística** que estabelece o poder do padrão normativo culto, a inferiorização das chamadas línguas minoritárias e de todo conhecimento centrado na patologização do corpo, que determina que quem não tem uma audição e uma fala funcional são incapazes de pensar, de se comunicar e, principalmente, de aprender e de desenvolver a linguagem.

A colonialidade é o termo que usamos para explicar a continuidade desse padrão de poder resultante do colonialismo. A função da colonialidade é expurgar o máximo de gente da categoria de humano, isso ocorre com os povos originários, tais como, os povos designados como indígenas, os remanescentes de quilombos, entre outros que lutam pela preservação de suas tradições e de seus

territórios. Podemos estender, também, as comunidades que lutam em torno de suas associações por direitos linguísticos, que é o caso dos surdos brasileiros e de todos que lutam com eles em prol de seus direitos à educação, ao trabalho, ao lazer, à informação.

Isso porque a língua é parte essencial da identidade e da relação de alteridade. Por meio dela que se estabelecem preconceitos, relações de dominação e de colonialidade, uma vez que:

Uma colonialidade linguística mostra uma dupla faceta: por um lado, a modernidade subalternizou determinadas línguas em favor de outras, porém, por outro lado, também colonizou a palavra dos falantes de tais línguas. Quer dizer, não apenas se subalternizaram determinadas línguas, mas também a própria palavra e o dizer dos falantes colonizados. A palavra de um falante de quéchua, por exemplo, ainda que se expresse em castelhano, sempre será menos valorizada do que a palavra de um falante de língua espanhola, sobretudo se for urbano, branco, mestiço, homem, qualificado etc., quer dizer, a valoração da palavra continua dependendo da trilogia colonial indicada por Quijano: classe, raça, gênero (GARCÉS, 2007, p. 227).⁴

Transpomos o exemplo de Garcés para a Libras: a palavra de um surdo, ainda que se expresse em Língua Portuguesa – e mesmo que se expresse em Libras –, tem sido menos valorizada que um falante nativo e proficiente em Língua Portuguesa oral, sobretudo se o surdo for de classe pobre, negro, homossexual, com baixa escolaridade, de uma cidade do interior, etc., uma vez que não se enquadra no padrão de identidade estabelecido na sociedade.

Nos termos de Garcés (2007), os construtos de colonialidade envolvem não apenas distinções de classe, raça, gênero, geração e nacionalidade. Também envolvem as questões de prestígios que determinado falar possui, no caso o padrão chamado de culto, em detrimento dos falares “subalternizados”, que podem ser chamados de “dialetos”, falares errados ou simplesmente línguas de minorias. A língua, portanto, também é um elemento de hierarquização, que gera discriminações.

Outro fator a considerar nesse trabalho são as narrativas de vida que os sujeitos – quatro professoras e um professor – nos forneceram para que analisássemos. Nos termos que estamos assumindo, essas narrativas de vida são percursos de ação, que partem de situações precisas, respondem a motivações, razões de agir que “se tentará conhecer e se inscrevem em contextos sociais (micro, meso e macrosociais), que constituem precisamente o objeto da pesquisa sociológica” (BERTAUX, 2010, p. 12).

Os contextos sociais apresentam três mundos sociais interrelacionados: o micro, o meso e o macrocosmos. O microcosmos é o lugar imediato do acontecimento do ser, momento-lugar em que ocorre uma unidade concreta. Um pequeno conjunto de percursos biográficos, por exemplo: a padaria, a escola, a delegacia. O mesocosmos é um conjunto de microcosmos e é apreendido por meio da observação desse conjunto, estabelecendo relações; e o macrocosmos é a sociedade global. Esses três mundos indicam que sempre em uma pesquisa é necessário estabelecer relações, sair do espaço imediato e ir e voltar para contextos e situações mais amplas e explicativas dos acontecimentos imediatos.

As principais características das narrativas de vida são: a) a reconstituição de um episódio, de um acontecimento, de um fragmento da vida, não da totalidade; b) a construção de hipóteses a partir

⁴ Todas as traduções de Garcés (2007) que aparecerem neste artigo são de nossa responsabilidade.

dos fatos; c) o fornecimento de uma amostra local dos fatos, não generalizáveis; e d) a implicação na reconstituição de forma não-linear – com um salto para frente e recuos – de um período da vida.

Nessa pesquisa analisamos as narrativas de vida de quatro professoras que atuaram no início da implementação da educação especial no município de Breves. Como já afirmamos na introdução, as professoras serão identificadas com as onomatoposeas: professora Violeta, professora Tulipa, professora Margarida e professora Rosa. Também, entrevistamos um professor surdo denominado Ari.

Feita essa contextualização teórica e metodológica sobre a colonialidade linguística e as narrativas de vida, passamos para a descrição dos documentos escritos e iconográficos da realidade da educação de surdos em Breves. Após isso, passaremos para o relato a respeito da luta pelo reconhecimento da língua de sinais e pela construção de uma política linguística voltada à educação de surdos e à possibilidade de implantação de escolas bilíngues em Breves-Pará.

A Educação Especial no município de Breves: informações documentais

Um dos documentos que tivemos acesso foi o Documento Base do Plano Municipal de Educação do Município de Breves (2015-2025). Nele há um breve relato da educação especial na cidade de Breves:

A Educação Especial em Breves, iniciou no ano de 1985, com atendimento domiciliar. Posteriormente, os alunos foram encaminhados para as escolas onde se trabalhava a educação especial no processo de integração, com as chamadas classes especiais onde perdurou por muitos anos, em seguida, já na classe especial o aluno estudava em uma sala separada do ensino regular e, era preparado para ingressar no ensino comum, porém a minoria conseguia avançar para a classe regular, pois se acreditava que eles eram incapazes de aprender e conviver com outros alunos, principalmente os alunos com deficiência intelectual, deficiência múltipla, autismo e psicose (BREVES, 2015, p. 109-110).

Algumas linhas do documento evidenciam a presença de uma colonialidade que – além de opressora e exploradora (MIGNOLO, 2005) - foi cruel com as pessoas com deficiência, pois promoveu: a segregação por meio do atendimento domiciliar; a exclusão ou assistencialismo em classes especiais; a seleção de uma minoria que conseguia avançar para a classe regular a partir do critério de capacidade e intelectualidade. Embora, tidas como ações educacionais essenciais (para aquela época) no Marajó e na Amazônia, tais ações colonizaram corpos deficientes em todo o país e isso foi refletido também em Breves.

Ainda assim, destacamos que esse documento marca o ano de 1985 como o início de alguma preocupação voltada às pessoas com deficiência no município de Breves. Pontuamos que a educação de surdos na capital do estado do Pará, Belém, iniciou sua trajetória com a fundação da escola “Professor Astério de Campos” em 1960 (BENTES; FRANÇA, 2015). Após duas décadas é que Breves começou a caminhar nessa área.

A pergunta é: existiam ações municipais relativas à educação especial antes de 1985? As pessoas com deficiência não estudavam? Para responder a esses questionamentos utilizamos Lobato (2019). Esse autor revela que antes de 1985 as pessoas com deficiência ficavam em casa por conta da família, porque não existiam instituições ou escolas para esse público. Desta forma “[...]”

anteriormente, as pessoas com deficiência não tinham um local que oferecesse escolarização às pessoas com deficiência na cidade de Breves” (LOBATO, 2019, p. 21).

Lobato (2019) reflete sobre o contexto histórico da educação especial em Breves. Assim, divide a trajetória da educação especial em três períodos: a) de 1985 a 1997, período de implantação da educação especial: o ensino fundamental era de responsabilidade do governo estadual; b) de 1998 a 2010, período de estruturação da educação especial: após o período de municipalização do ensino fundamental; c) de 2010 a 2018, período de reestruturação da educação especial: a coordenação da educação especial passou a ser de responsabilidade do CAEE/SEMED/Breves. Ao que tudo indica, a partir de 2019 ocorre um descenso da educação especial em razão da diminuição de recursos por parte do Ministério da Educação, uma vez que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) fora extinta e por parte do governo do Estado do Pará há uma diminuição do apoio para a Educação Especial do município.

Retornemos ao Plano Municipal de Educação do Município de Breves (2015-2025). Esse plano traz reflexões sobre a inclusão escolar em Breves: “somente em 2009, esse movimento de educação inclusiva ganhou força, por meio da equipe de técnicos da coordenação de Educação Especial” (BREVES, 2015, p. 110). Este período da educação especial, teve influência da Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009 que instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade educação especial (BRASIL, 2009).

Assim, em decorrência dessa política, em 2010 foi inaugurado o Centro Hallel Pinheiro Vasconcelos⁵, possibilitando: um maior alcance das ações pedagógicas para apoiar os alunos da educação especial; o contato com seus familiares; e o acesso aos profissionais da área do magistério com curso de formação continuada para atuarem na Educação Especial. Esse Centro é tido como um espaço de referência em educação especial no município e as suas atividades priorizam a perspectiva de incluir os alunos da educação especial no ensino regular, tendo como apoio complementar e/ou suplementar o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Destacamos que, no âmbito da trajetória da educação de surdos em Breves, existiu e ainda existe uma luta da comunidade surda do município pelo reconhecimento de sua língua, a Libras e por uma política linguística que a contemple, especialmente pela implementação de uma escola bilíngue. Essa luta é manifestada por meio de eventos acadêmicos, atos políticos, passeatas, shows, apresentações culturais e outras atividades.

A educação de surdos em Breves iniciou suas ações na escola “Dr. Lauro Sodré” em meados da década de 1980. A seguir apresentamos uma foto em que aparece a professora Margarida, que foi a pioneira na área da educação de surdos em Breves com sua turma de alunos da Classe Especial (Surdez e/ou Deficiência Auditiva) da Escola “Dr. Lauro Sodré”. A referida foto é do final da década de 1980 e início de 1990.

⁵ O Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Hallel Pinheiro Vasconcelos foi inaugurado em 01 de julho de 2010 em Breves-Pará com base na Lei Municipal nº 2.095/2005.

Imagem 01: Fotografia da Classe Especial da professora Margarida



Fonte: acervo de Lobato (2019)

A escola “Dr. Lauro Sodré” é considerada a instituição pioneira em trabalhos com surdos em Breves. A mesma foi se estruturando, ao longo dos anos, com os serviços da educação especial para receber os alunos surdos em seu espaço. Essa estruturação refletiu a necessidade de formação continuada de professores para atuar na educação especial e a contratação de professores para a área da educação de surdos.

Nesse período, em Breves, as classes especiais se consolidavam como um subsistema da escola regular. Essas classes e seus representantes acreditavam, hegemonicamente, que a concepção de deficiência deveria ser acompanhada por práticas educativas voltadas ao assistencialismo, ou seja, o atendimento aos alunos com deficiência dava-se em um ambiente fechado que colonizava os seus corpos, as suas mentes e a sua língua.

Depois de Margarida, que como dissemos foi a pioneira, uma segunda professora passou a atuar na educação de surdos: a professora Rosa. A partir da atuação dessas professoras o quadro profissional, nessa área, foi se ampliando. Assim, destacamos na ilustração 02 a professora Rosa que desenvolveu uma série de atividades com surdos em Breves, em especial na escola “Dr. Lauro Sodré”, durante a década de 1990 e meados de 2000.

Imagem 02: Fotografia de desfile da pátria de 1997



Fonte: acervo de Lobato (2019)

A foto de setembro de 1997 mostra a professora Rosa com duas alunas surdas da escola “Dr. Lauro Sodré” em desfile em comemoração à semana da pátria. Nesse período as discussões sobre a Língua de Sinais eram irrisórias ou inexistentes em Breves. O foco da escolarização de surdos era o oralismo, na intenção de direcionar o aluno surdo à normalidade e estimular sua integração à comunidade ouvinte. Para Garcés (2007) isso simboliza o prestígio de um falar padrão sobre o outro subalternizado.

Por muito tempo as escolas de Breves disseminaram o método oral. Na década de 1990 as pessoas surdas da Amazônia Paraense, foram moldadas por meio de uma lógica de uma racionalidade sul-globalista e hegemônica denominada: corrente oralista. Tal corrente defendia o ensino da língua oral na educação de surdos, sendo que o uso da língua de sinais, e até mesmo dos gestos, era inadmissível.

Na ilustração 02, em destaque, temos a professora Rosa. A referida professora foi uma das professoras que primeiro introduziu o ensino por meio da Libras na educação de surdos de Breves. Destaca-se que a partir de meados da década de 1990 a Libras foi sendo difundida, de forma paulatina, em Breves. Foi o período em que se começou a estudar e a conversar em Libras na escola “Dr. Lauro Sodré”. Esses foram os primeiros passos para o enfraquecimento das estruturas do monolinguismo hegemônico (método oral) na educação de surdos de Breves-Pará.

A partir de 2000 a Libras foi ganhando mais visibilidade e força em Breves, no âmbito da educação de surdos. Foi a partir desse ano que se iniciou uma luta da comunidade surda do município a favor do reconhecimento e por uma política linguística em torno dessa língua. Isto aconteceu, em virtude da conscientização de militantes surdos e ouvintes que lutavam/lutam em prol da Libras e contra a hegemonia do oralismo. Assim, na intenção de romper com a colonialidade do oralismo, buscavam uma melhoria de qualidade na educação de surdos.

Foi nesse período que a Libras começou a ganhar mais espaço, visibilidade e atenção na cidade de Breves, em especial na escola “Dr. Lauro Sodré”, que começou a contratar professores surdos. Em 2004 o professor Ari passou a desenvolver atividades pedagógicas com a professora Rosa na referida escola. Em seguida, outros professores surdos e ouvintes passaram a desenvolver atividades na mesma instituição.

Destacamos que o professor Ari era surdo e comunicava-se por meio da Libras. Isso contribuiu com o enfrentamento da colonialidade da linguagem oral, que teve força em Breves ao longo dos anos 1990, mas que aos poucos foi sendo abandonada. Posteriormente, outros professores foram integrando o quadro funcional na área da surdez no município. É relevante destacar que o professor Ari foi o primeiro professor surdo a ser contratado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para atuar na educação de surdos de Breves. A ilustração três mostra um momento de confraternização junina do professor Ari com seus alunos.

Imagem 03: Fotografia dos alunos surdos e professores de Libras



Fonte: acervo de Lobato (2019)

Na foto, destaca-se da esquerda para a direita: o terceiro é o professor surdo Ari e a quarta é a professora ouvinte Rosa. Os demais, na época eram outros - professor e alunos surdos - da escola “Dr. Lauro Sodré”. A entrada de professores surdos na escola foi um reflexo de políticas inter/nacionais dos movimentos surdos na intenção de mostrar as potencialidades desses sujeitos. Os movimentos surdos passaram a buscar uma maior organização política a favor de melhores condições sociais e educacionais para os surdos.

O Movimento Surdo, no mundo, proporcionou uma organização política que avança no sentido de superar a marginalização, trazendo esse sujeito para os espaços que o enxerguem como um cidadão. É uma organização que atua a partir de estratégias que buscam romper estereótipos que ameacem a sua acessibilidade a uma gama de direitos adquiridos, principalmente, a uma educação de qualidade (MIORANDO, 2006, p. 78).

Com a organização política dos movimentos surdos e com a busca por uma educação de mais qualidade, a Libras foi ganhando mais adeptos e muito mais apoiadores. Pontuamos, também, que a

Libras começou a ganhar mais espaço e visibilidade na cidade de Breves por influência do Decreto Federal nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Libras.

A história da lei de Libras, assim como das iniciativas pós-lei de Libras – com destaque ao admirável Setembro Azul – são profundamente marcadas pela ação coletiva do movimento social surdo, desde as lideranças surdas mais conhecidas, os ouvintes mais notórios, até os ativistas surdos quase anônimos, os participantes esporádicos e simpatizantes da causa dos surdos, todos que, enfim, transformaram esse movimento em uma força reivindicativa e propositiva que tem sido capaz de produzir e propalar novos códigos culturais, acarretando expressivas transformações culturais, sociais e políticas relacionadas à surdez, à língua de sinais, à educação dos surdos, enfim, à vida de milhares de surdos brasileiros (BRITO; NEVES; XAVIER, 2013, p. 99).

A partir de 2008, a educação de surdos em Breves passou a ter um maior destaque. A tendência nacional estabelecida pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) direcionou, cada vez mais, suas ações na oferta do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Com isso, as classes especiais passaram, paulatinamente, a ser substituídas pelas SRM.

Assim, Breves visou atender às prescrições do “Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, instituído por meio do decreto nº 6.571/2008 sobre o atendimento educacional especializado, que em seu art. 3º versava que o Ministério da Educação prestaria apoio técnico e financeiro às ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, incluindo a implantação de salas de recursos multifuncionais (BRASIL, 2008).

Em Breves a primeira escola a ser contemplada com uma Sala de Recursos Multifuncionais, no ano de 2008, foi a escola “Dr. Lauro Sodré”, que iniciou nesse espaço algumas atividades de informática educativa para alunos surdos. Sendo que, nos anos seguintes outras escolas foram contempladas com SRM (LOBATO, 2015). Isso exigiu que os professores da educação especial e da SRM participassem de momentos de formação continuada relacionados às mudanças sociais, históricas, políticas e culturais do município.

Algo que também contribuiu bastante com a luta por uma política linguística e pelo reconhecimento da Libras em Breves foi a criação do Grupo “Além do Silêncio”. O grupo foi idealizado e constituído em maio de 2007 e tinha o apoio e a organização de professores da escola “Dr. Lauro Sodré” e profissionais que integravam a Coordenação de Educação Especial que funcionava na SEMED de Breves.

Destacamos que no âmbito do CAEE Hallef Pinheiro Vasconcelos, a partir de 2011, foi criada uma coordenação para atuar com a educação de surdos. As ações dessa coordenação visavam o reconhecimento da Libras e a construção de uma política linguística em Breves. Dentre as ações de destaque, citamos o **Projeto “Libras nas Escolas”**: que foi um projeto que surgiu a partir das experiências e das práticas educativas desenvolvidas com alunos surdos no ano de 2010 na escola “Dr. Lauro Sodré”. Assim, tendo como base as experiências exitosas, é que se formou uma equipe de profissionais qualificados na área da educação de surdos para atuar com o ensino de Libras nas escolas do município. O Projeto “Libras nas Escolas” foi desenvolvido durante quatro anos, mais precisamente de 2010 a 2014, em oito escolas municipais: “Dr. Lauro Sodré”, Odízia Corrêa Farias, Emerentina Moreira de Souza, Pingo de Gente, Santo Agostinho, Margarida Nêmer, Manoel Sena e Bom Jesus.

Citamos, ainda, outras ações relevantes para o fortalecimento e o reconhecimento da Libras e a construção de uma política linguística no município de Breves:

i) “**Movimento pela Inclusão da Libras – MIL**”: grupo de professores (surdos e ouvintes) comprometidos com a educação de surdos de Breves e com o objetivo de contribuir com as atividades de ensino e difusão da Libras. O referido grupo de professores realiza cursos e oficinas de Libras, bem como eventos alusivos à educação de surdos, tais como: palestras, seminários, simpósios, entre outros.⁶

ii) “**Associação dos Surdos de Breves - ASBRE**”: criada em 2015, é uma entidade sem fins lucrativos, que objetiva incluir os surdos na sociedade, por meio de atividades educacionais, recreativas, esportivas e socioculturais. Dentre as finalidades da ASBRE, destacamos: a interação de pessoas surdas, prestando assistência social, desportiva, educacional e cultural aos seus associados.

iii) “**Grupo Mãos de Ouro**”: grupo de pessoas interessadas em usar e difundir a Libras. O grupo realiza apresentações de músicas traduzidas para a Libras em eventos municipais; promove cursos de Libras para crianças, adolescentes, jovens e adultos surdos e ouvintes, bem como realiza ações beneficentes na cidade.

Em Breves a escolarização de alunos surdos ocorre nas escolas de ensino comum, tendo como apoio complementar o AEE em Salas de Recursos Multifuncionais. A educação de surdos em Breves segue a tendência nacional estabelecida pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e direciona suas ações na oferta de AEE em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), apesar de percebermos uma luta constante a favor da implantação de uma escola bilíngue no município.

Por ter o AEE como um espaço de atividades complementares na escolarização de alunos com deficiência, inclusive os surdos, esse espaço precisa ser um local que estimule a aprendizagem desses alunos. A sala de recursos multifuncional, busca criar estratégias pedagógicas que contemplem o ensino regular “implicando materiais diversos, jogos, computadores e outros recursos de tecnologia assistiva próprios para cada deficiência” (BENTES, 2014, p. 142).

Mesmo com o modelo de escola inclusiva em vigor no município de Breves, o movimento social surdo vem promovendo diversas ações para convencer e pressionar as autoridades – a secretaria de educação, os vereadores e o próprio prefeito – acerca da relevância da escolarização bilíngue – do 1º ao 5º ano do ensino fundamental – específica para surdos, tendo a Libras como primeira língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, como apregoa Brasil (2015) em seu texto.

Esse movimento social surdo, também, vem realizando ações e petições no sentido de guiar e sensibilizar as autoridades para a implementação da disciplina Libras nas escolas inclusivas. Dentre estas ações incluem: solicitações via documentos oficiais, manifestações na Câmara Municipal, corpo a corpo com as autoridades e produção de eventos acadêmicos e artísticos para a divulgação da Libras no município de Breves.

⁶ Esses eventos ocorrem em consonância com a Lei 2.539/2019 que institui no município de Breves o Dia Municipal dos Surdos, a ser comemorado anualmente no dia 26 de setembro.

As narrativas de vida de professores da Educação Especial de Breves

Nesse tópico buscamos ouvir as vozes das periferias que ecoam de localidades distantes dos centros urbanos (MOITA-LOPES, 2006). Assim, analisamos as narrativas de quatro professoras que compuseram o quadro funcional da educação especial de Breves de meados da década de 1980 até meados de 2000. A escolha pelas referidas professoras deu-se em virtude de terem atuado no início da implantação das atividades da educação especial no município. As quatro professoras não atuam mais em Breves.

Trazemos para a discussão, também, a narrativa de um professor surdo do município, que iniciou suas atividades em meados de 2000 e continua atuando nos dias atuais (2020). O professor foi o primeiro professor surdo a desenvolver atividades como professor de Libras na escola “Dr. Lauro Sodré” e em outras escolas de Breves, por isso o escolhemos como sujeito de nossa pesquisa. A seguir as narrativas dos cinco:⁷

Durante a coordenação da educação especial em Breves, desenvolvemos muitos projetos, sendo um dos mais importantes e que marcou foi a construção das salas de educação especial, das escolas “Lauro Sodré” e “Rossilda Ferreira” (Narrativa da professora Violeta).

Quando comecei a trabalhar com educação especial em Breves, em 1986 ou 87, não lembro bem, já havia o serviço em algumas escolas, “Estevão Gomes” e “Lauro Sodré” (Narrativa da professora Tulipa).

Eu trabalhei na escola “Lauro Sodré” com alunos deficientes auditivos [nomenclatura da época]. Eu tinha muitas dificuldades, pois lembro que o processo era diferente, a escrita dos alunos se dava com dificuldades e tínhamos que trabalhar a oralidade (Narrativa da professora Margarida).

Comecei a trabalhar em 1990 assumindo uma turma de alfabetização de deficiente auditivo [nomenclatura da época] que era da professora Margarida que funcionava no “Lauro Sodré”. Eu não tinha formação nenhuma na área só que nessa época a proposta era oralista onde nós ensinávamos o surdo a pronunciar as palavras e fazer a leitura labial (Narrativa da professora Rosa).

Eu comecei a trabalhar na escola “Lauro Sodré”, no ano de 2004. Comecei a receber melhores conhecimentos com a ajuda da professora Rosa, que precisava de um instrutor surdo para se comunicar com os surdos na escola (Narrativa do professor Ari).

É relevante destacar o uso da expressão “deficiente(s) auditivo(s)” nas narrativas de duas professoras. Isso revela o viés médico, isto é, clínico-patológico presente por longos anos no contexto da educação de surdos no Brasil. Esse modelo também perpassou com muita força na Amazônia

⁷ Das quatro professoras, apenas duas atuaram diretamente com alunos surdos. A professora Violeta foi coordenadora da educação especial em Breves. A professora Tulipa atuou com alunos cegos e baixa visão. As professoras ouvintes Margarida e Rosa atuaram com surdos na escola “Dr. Lauro Sodré”. O professor Ari foi o primeiro professor surdo de Breves.

Paraense, em Breves-Pará. Para Gesser (2009) esse termo carrega, semanticamente, a historicidade dos surdos e os preconceitos vivenciados por eles e há uma inclinação para uma posição de colonialidade, que toma a surdez como uma patologia que precisa ser curada ou corrigida.

Das narrativas das quatro professoras percebemos a escola “Dr. Lauro Sodré” como um relevante espaço sociocultural na trajetória da educação de surdos de Breves. Essa escola abrigou e, ainda, abriga uma trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos – professores e alunos surdos –, dentre as quais citamos: acordos e conflitos, vontades individuais e coletivas, harmonia e tensões dialógicas, entre outras formas de relações.

Compreendemos a relevância da escola “Dr. Lauro Sodré” como um espaço de encontro entre os surdos de Breves, pois foi a partir da construção da sala de educação especial e com a turma de alfabetização de surdos em meados da década de 1980, que a escola passou a ser um espaço de convivência cotidiana de pessoas surdas com trajetórias, culturas e interesses diferentes, que passam a dividir um mesmo lugar sociocultural.

Reiteramos que a educação de surdos em Breves iniciou suas ações na escola “Dr. Lauro Sodré” que é considerada a instituição pioneira em trabalhos com surdos. Essa escola como espaço sociocultural dos surdos vem, ao longo dos anos, permitindo o encontro entre surdos, possibilitando a convivência com a diferença e oportunizando aos surdos a troca de ideias, opiniões, sentimentos e afetos.

No cotidiano da escola “Dr. Lauro Sodré” esteve presente a possibilidade de experimentar a escola como um lugar de reciprocidades entre os surdos. Assim, destacamos o compromisso estabelecido em se produzir processos voltados à aprendizagem. A escola “Dr. Lauro Sodré” de meados de 1980 e durante a década de 1990, atuou com a filosofia oralista na educação de surdos. Conforme as narrativas de duas professoras, o processo era diferente, em que se trabalhava a oralidade com a intenção de fazer o surdo pronunciar as palavras e realizar a leitura labial.

Assim, “[...] a educação de surdos foi organizada como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum [...]” (SANTOS; CAMPOS, 2013, p. 16). Por isso, a escola “Dr. Lauro Sodré” desenvolvia formas de atendimento pautadas no oralismo e seus treinos fonoarticulatórios que foram definidas como práticas escolares para alunos surdos, que na época eram denominados deficientes auditivos.

Destacamos que esta era a proposta da época, uma vez que havia o domínio de uma colonialidade do ser surdo e o controle de sua subjetividade e de sua língua. O Ministério da Educação e as escolas de educação básica incentivavam o desenvolvimento da oralidade na escolarização de alunos surdos. Contudo, esse modelo oralista de atendimento dos surdos, da surdez como deficiência, foi aos poucos sendo abandonado em lugar de uma proposta que concebesse os surdos como sujeitos a serem incluídos junto a alunos ouvintes.

Neste sentido, a referida escola foi se estruturando a partir de meados da década de 1990 e iniciando um trabalho pedagógico de reconhecimento da Libras, em especial na década subsequente com a contratação de um professor surdo. Com isso, a referida escola buscou apropriar “[...] a própria palavra e o próprio conhecimento para dizer e pensar, com a ajuda de outros, mas do meu próprio lugar [...]” (GARCÉS, 2007, p. 237).

Ao falar de seu próprio lugar, que é a região Marajoara e a Amazônia, a escola passou a dar voz a outros sujeitos que se expressavam e se expressam por meio da Língua de Sinais. Essa língua começou a ser difundida na escola “Dr. Lauro Sodré” a partir de 2000, isto tudo, por influência da Lei

nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005 que dispõem sobre a Libras e a educação de surdos. A este respeito, o professor Ari argumenta que a partir de 2004 atuou como “instrutor surdo para se comunicar com os surdos na escola”.

Percebemos a mudança da escola “Dr. Lauro Sodré” no sentido de abandonar a oralização da escolarização de alunos surdos e, assim, garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da Libras como meio de comunicação das comunidades surdas (BRASIL, 2002). O reflexo dessa mudança foi a inserção de um instrutor de Libras (profissional surdo) para atuar junto com os alunos surdos nos anos iniciais do ensino fundamental (BRASIL, 2005).

Com isso:

[...] diversas mudanças foram apontadas e exigidas do poder público com relação ao atendimento educacional e inclusão desta parcela da população. Iniciou-se, portanto, uma discussão sobre a Educação Bilíngue como forma de atendimento mais apropriado [...] (SANTOS; CAMPOS, 2013, p. 21).

A escola “Dr. Lauro Sodré”, conforme explicitado, foi a primeira escola a ser contemplada com uma Sala de Recursos Multifuncionais voltada ao atendimento de alunos surdos. Ainda hoje, a referida escola desenvolve suas atividades seguindo a lógica da inclusão escolar. Contudo, vem buscando convencer a sua comunidade acerca da relevância da escola bilíngue (de 1º ao 5º ano) específica para surdos. Ou seja, a educação de surdos em Breves pauta-se no discurso da educação inclusiva, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em detrimento dos discursos reivindicatórios de reconhecimento político e social da Libras e da implementação de escolas bilíngues.

Para (não) concluir...

As políticas de educação especial e educação de surdos no Brasil na perspectiva da inclusão escolar geram discussões e levantam questionamentos quanto a sua essência, fazendo com que a comunidade surda crie dispositivos para a melhoria da inclusão social e da escolarização dos alunos surdos. No centro desses dispositivos estão as lutas a favor do uso e difusão da Língua de Sinais e a favor de uma melhor educação para os surdos.

A educação especial em Breves foi implantada no ano de 1985, sendo que no ano de 2010 o município foi contemplado com a construção do Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallef Pinheiro Vasconcelos. A luta da comunidade surda do município de Breves-Pará pelo reconhecimento da Libras e por uma política linguística é marcada por ações coletivas do movimento social surdo, com lideranças surdas e ouvintes junto à Associação de Surdos de Breves (ASBRE) e simpatizantes da causa dos surdos. Essas ações já realizaram significativas transformações sociais e políticas relacionadas à educação de surdos no referido município.

Consideramos, ainda, que as iniciativas do CAEE e de sua coordenação em educação de surdos, bem como as ações do Projeto “Libras nas Escolas”, “Movimento pela Inclusão da Libras”, “Associação dos Surdos de Breves”, “Grupo Mãos de Ouro”, junto aos estudos e pesquisas realizados nesse *lócus* Amazônida, contribuem com as transformações culturais, sociais e políticas relacionadas à língua de sinais, à educação dos surdos e, em especial, à vida dos surdos de Breves e do Marajó.

Nesse estudo utilizamos os termos “do Reconhecimento à Luta” em seu título, pois acreditamos que muitas ações, ainda, precisam ser travadas em Breves para que, de fato, esse reconhecimento seja efetivado. Dentre as ações, mencionamos: implementação de uma escola bilíngue de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, cargos de concurso público que contemplem o profissional surdo e o Tradutor / Intérprete de Libras, projetos educacionais voltados ao ensino de português para surdos, entre outras.

Referências

BENTES, José Anchieta de Oliveira. A política de educação inclusiva e a educação de surdos. *In*: GOMES-SANTOS, Sandoval Nonato; BENTES, José Anchieta de Oliveira; ALMEIDA, Patrícia Sousa. **Trabalho docente e linguagem em diferentes contextos escolares**. Belém: Paka-Tatu, 2014, p. 131-148.

BENTES, José Anchieta de Oliveira; FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. Atendimento especializado de crianças cegas e surdas em Belém do Pará: as escolas José Alvares de Azevedo e Astério de Campos. **Revista Cocar**. Belém-Pará, Edição Especial, nº 1, jan-jul 2015, p. 175-208. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/download/624/512>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução Suzeide Alves Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée; rev. Maria da Conceição Passeggi e Márcio Venício Barbosa. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

BREVES. **Lei Municipal nº 2.095/2005**. Estabelece a implantação do Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallef Pinheiro Vasconcelos. Câmara Municipal de Breves. Breves-Pará, 2005.

BREVES. **Lei nº 2.388, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Câmara Municipal de Breves. 2015.

BREVES. **Lei Municipal nº 2.539/2019**. Institui no município de Breves o Dia Municipal dos Surdos, a ser comemorado anualmente no dia 26 de setembro e dá outras providências. Câmara Municipal de Breves. Breves-Pará, 2019.

BRITO, Fábio Bezerra de; NEVES, Sylvia Lia Grespan; XAVIER André Nogueira. O movimento surdo e sua luta pelo reconhecimento da Libras e pela construção de uma política linguística no Brasil. *In*: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (Orgs.). **Libras em estudo**: política linguística. São Paulo: FENEIS, 2013. p. 67-103.

GARCÉS, Fernando. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROFÓGUEL, Ramón. (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 217-242.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações por Cidades e Estados**. IBGE, 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 Mar 2019.

LOBATO, Huber Kline Guedes. **A Educação Especial em Breves-Pará**: de 1985 a 2018. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

LOBATO, Huber Kline Guedes. **Representações Sociais de professoras a respeito do Atendimento Educacional Especializado para alunos Surdos**. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém – Pará, 2015.

MIGNOLO, Walter. **Des-colonialidad del ser y del saber**, (vídeos indígenas y los limites coloniales de la izquierda) en Bolivia. Buenos Aires: Del Signo. 2005.

MIORANDO, Tania Micheline. Formação de profissionais – mais professores para a escola sonhada. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006, p. 76-109.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. *In*: MOITA-LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SANTOS, Lara Ferreira dos; CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação Especial e Educação Bilíngue para surdos: as contradições da inclusão. *In*: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (Orgs.). **Libras em estudo**: política educacional. São Paulo: FENEIS, 2013 p. 13-37.

Recebido em: 22/11/2019

Aceito em: 24/06/2020